



Reforma Tributária Solidária

Comissão Especial – PEC 293/2004

Câmara dos Deputados, Brasília/DF

06 de novembro de 2018

Floriano Martins de Sá Neto - Anfip

Pedro Lopes de Araújo Neto - Fenafisco

Carga Tributária Sistema Tributário Nacional PIB Direito Tributário ICMS Imposto Tributo

Jusbrasil Destaques Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT)

O Brasil possui a maior carga tributária do mundo?

RECOMENDAR 40 COMENTAR 40



Publicado por Natan Rocha Batista

há 2 anos 166 visualizações

Não. Ao contrário do que muitas vezes é difundido, o Brasil não é o país com a maior carga tributária do mundo. Cerca de 35% do PIB Brasileiro são pagos



CONSULTORIA EMPRESARIAL

Home Institucional Áreas de Atuação

Home Publicações Notícias **A maior carga tributária do mundo em livro recorde**

buscar...



A maior carga tributária do mundo em livro recorde

O Brasil é o país com maior carga tributária do mundo, segundo dados das Nações Unidas deste ano. A carga - de IPTU, ICMS, ISS e por aí fora - ocupa quase 50 mil páginas em um livro de dois metros de altura para fazê-lo, uma vez que nem as gráficas brasileiras davam conta de tanto imposto reunido no parque gráfico só para imprimir toda a legislação federal e de 5.565 municípios sobre os quase 106 milhões de brasileiros. Ele levou 22 anos para concluir a obra. Ele fala sobre o "custo da incerteza" que prejudica empresários e in

carros Comprar Vender Catálogo Okm Tabela FIPE Financiamento Notícias + sites Portal revenda

Notícias Imposto sobre carros no Brasil é maior do mundo, diz Anfavea

Imposto sobre carros no Brasil é maior do mundo, diz Anfavea

Segundo a associação, a carga tributária no País varia entre 48,2% e 54,8% do valor do veículo. Na Argentina são 21%

04/02/2016 - Redação / Foto: Divulgação / Fonte: iCarros



Últimas notícias

- Fiat lança Toro pelo preço de
- Renault Duster caro e agora p 69.490
- VW SpaceFox e fica quase R\$ barata
- De Fox a Duster

carros.com... uro | <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/imposto-de-renda-por-que-a-c>

Material de estudos Faculdades UF Tipo Dicionário

Atualidades

Imposto de renda: Por que a carga tributária é tão alta no Brasil? **COMENTE**

José Renato Salatiel, Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação 28/04/2010 | 13h20

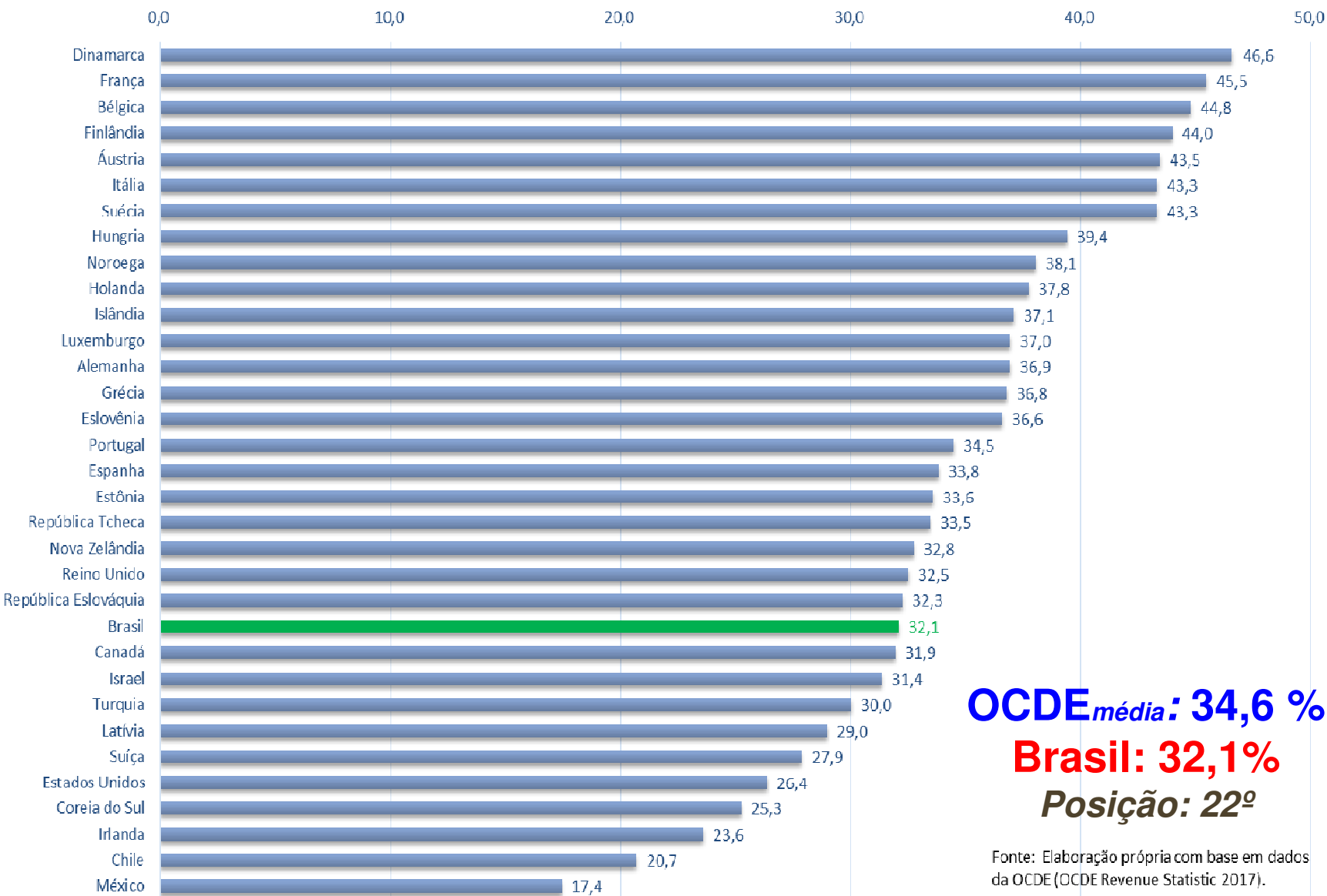


No dia 30 de abril de 2010 termina o prazo para se entregar a declaração do imposto de renda referente a 2009. Esse imposto é apenas um dos tributos que, segundo estimativas de 2007 do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), obrigam o brasileiro a trabalhar 146 dias por ano (4 meses e 26 dias) somente para sustentar o Estado.



Entendendo a carga tributária brasileira...

Gráfico 03 - Carga Tributária no Brasil e nos Países da OCDE (2015)



OCDE média: 34,6 %

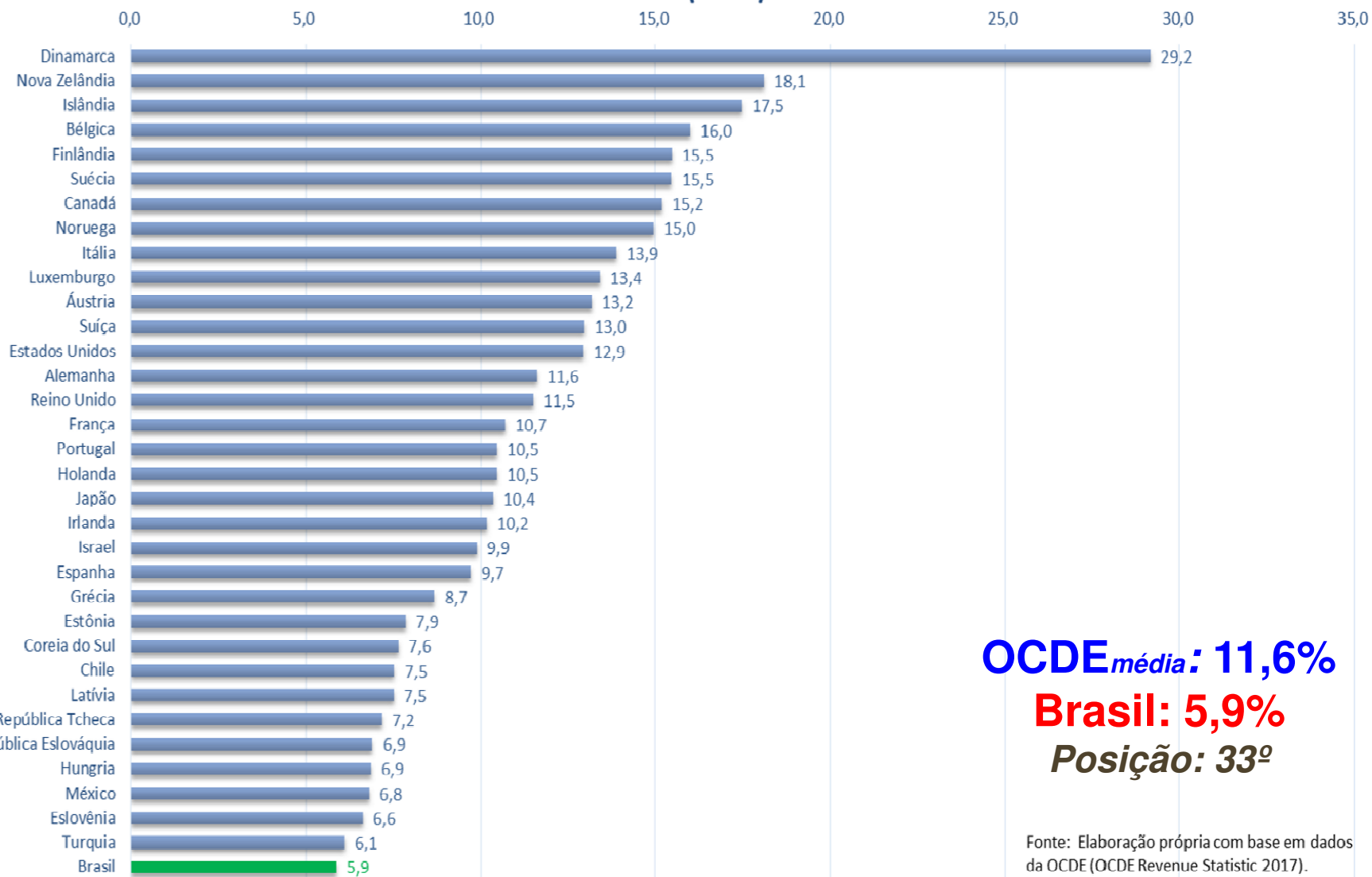
Brasil: 32,1%

Posição: 22º

Fonte: Elaboração própria com base em dados da OCDE (OCDE Revenue Statistic 2017).

**Carga tributária brasileira por base de incidência
Renda x Folha Salários x Patrimônio x Consumo
em comparação com países da OCDE.**

Gráfico 04 - Carga Tributária sobre a Renda, Lucro e Ganho de Capital - Brasil e Países da OCDE (2015)



OCDE média: 11,6%

Brasil: 5,9%

Posição: 33º

Fonte: Elaboração própria com base em dados da OCDE (OCDE Revenue Statistic 2017).

Gráfico 05 - Carga Tributária sobre a Folha de Salários (Inclui Previdência) - Brasil e Países da OCDE (2015)

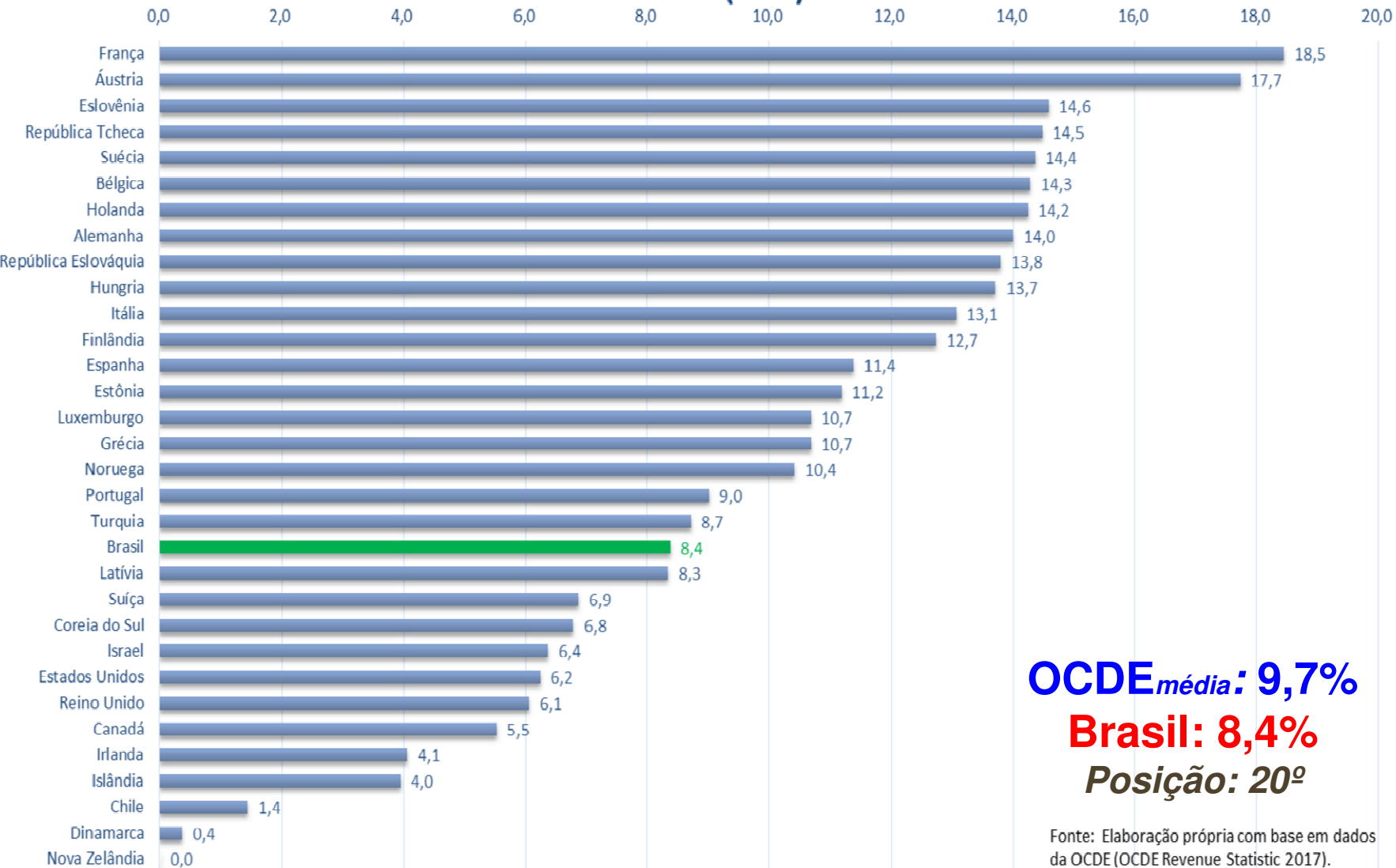
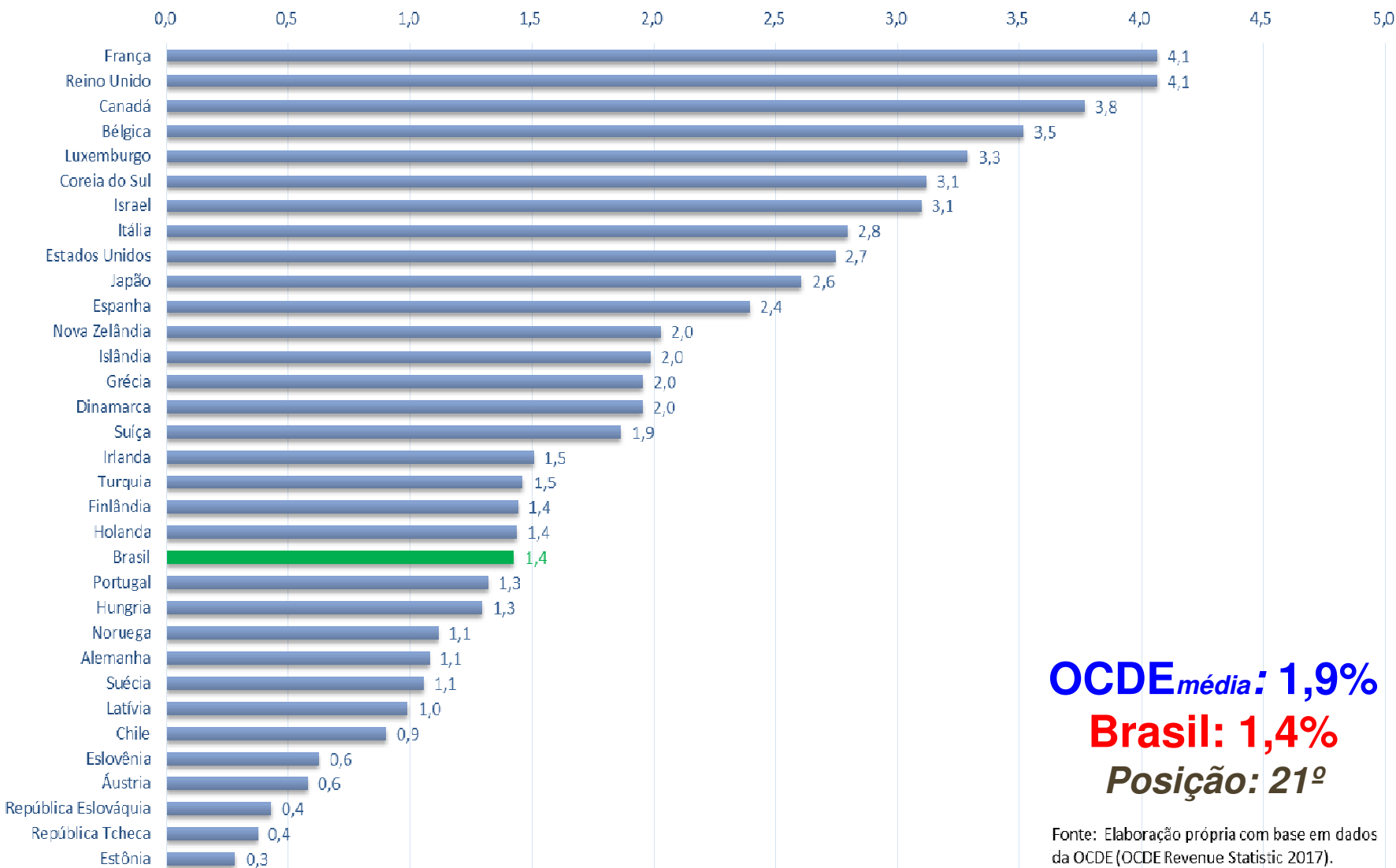


Gráfico 06 - Carga Tributária sobre a Propriedade - Brasil e Países da OCDE (2015)



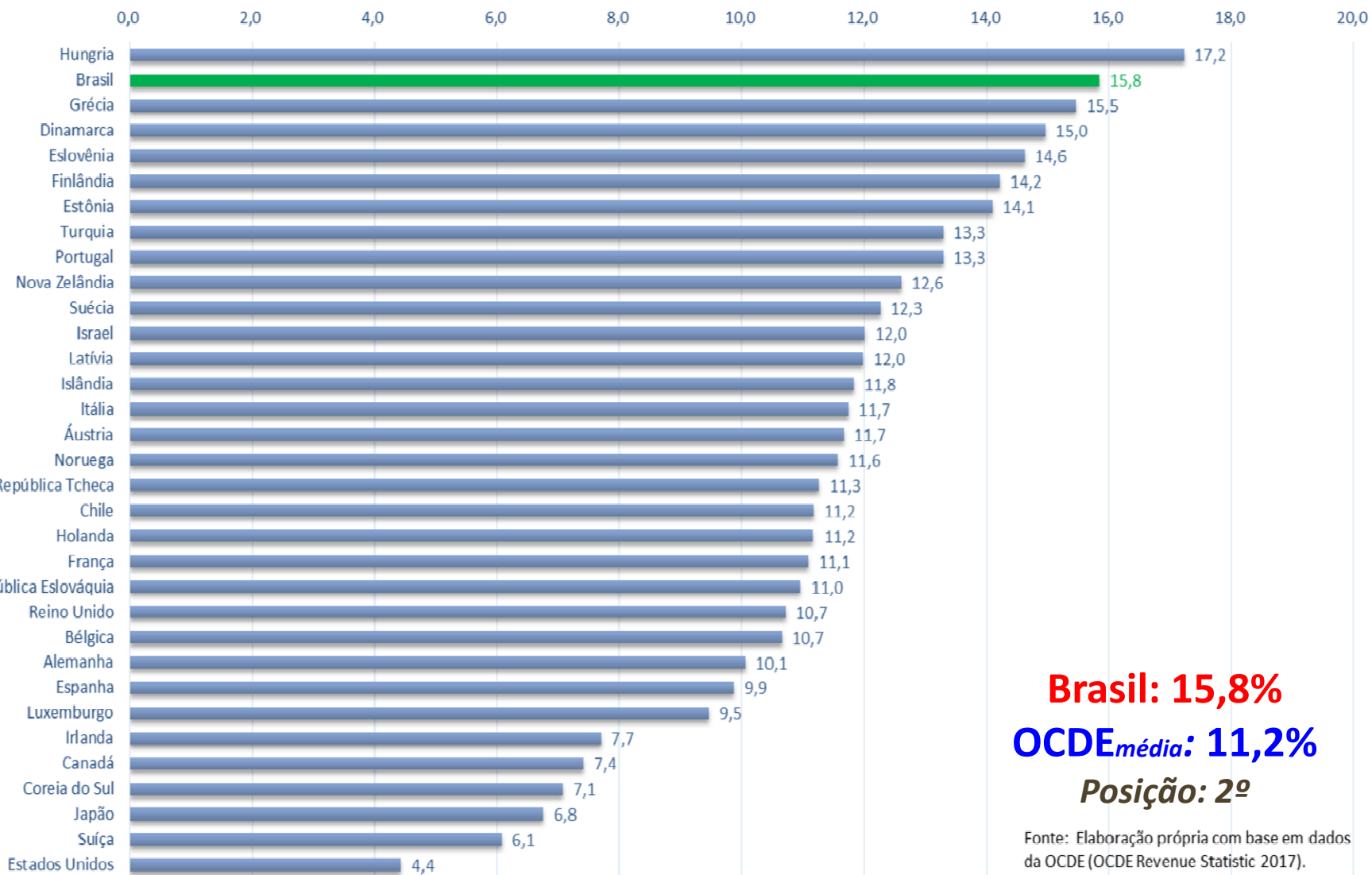
OCDE média: 1,9%

Brasil: 1,4%

Posição: 21º

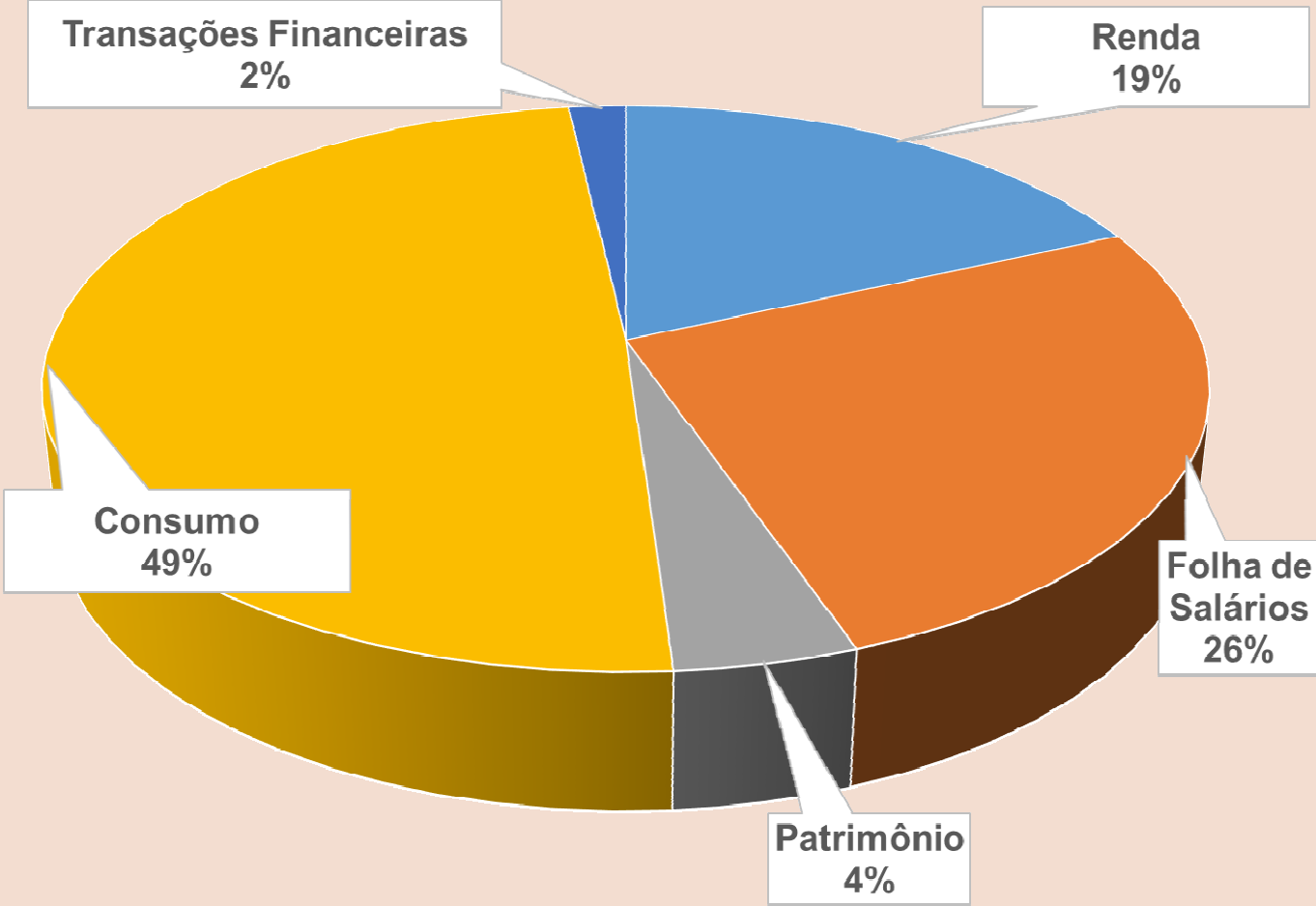
Fonte: Elaboração própria com base em dados da OCDE (OCDE Revenue Statistic 2017).

Gráfico 07 - Carga Tributária sobre Bens e Serviços - Brasil e Países da OCDE (2015)



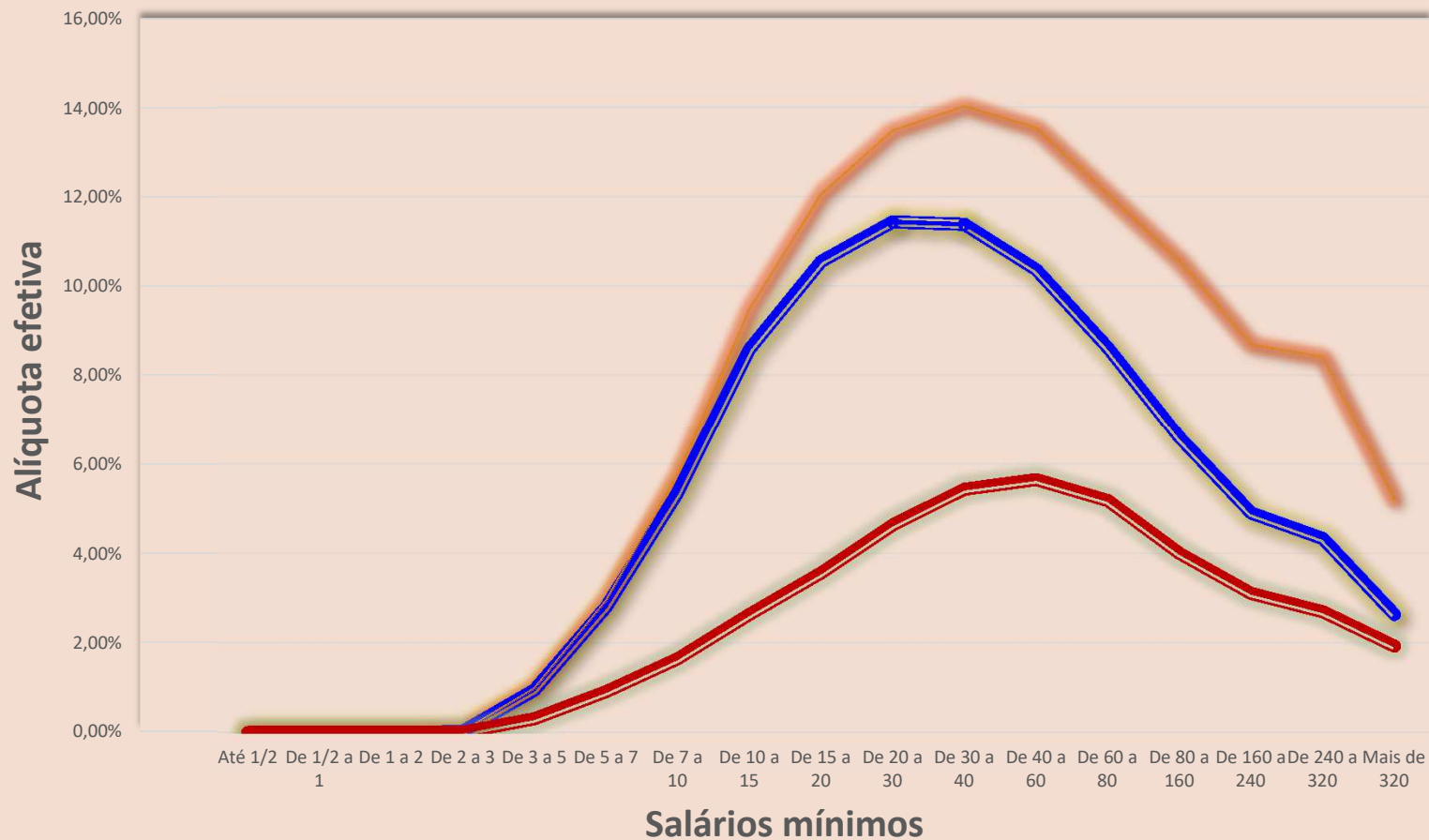
Fonte: Elaboração própria com base em dados da OCDE (OCDE Revenue Statistic 2017).

CARGA TRIBUTÁRIA 2015 (32,1%) POR BASE DE INCIDÊNCIA



Grandes Números DIRPF 2016

Comportamento arrecadação por alíquota efetiva



Porque a carga tributária sobre a renda é baixa no Brasil...

— Todos os Declarantes
 — Não recebedor de Lucros e Dividendos + ME
 — Recebedor de Lucros e Dividendos + ME

Fonte: Elaboração Anfip/Fenafisco, com base na Receita Federal do Brasil (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/grandes-numeros-dirpf-cap>)

❑ **Regressividade a partir dos 40 salários mínimos**

Apesar da orientação constitucional...

Art. 145...

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, ...

(...)

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

§ 2º O imposto previsto no inciso III **(IR)**:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da **progressividade**, na forma da lei.

❑ **Reduzida tributação IRPF incidente sobre o empresário.**

Causa: decorre da isenção na distribuição de lucros e dividendos (LEI Nº 9.249, de 1995, art. 10)

SOMENTE o BRASIL e a ESTÔNIA
(dentre os países da OCDE) **concedem isenção na distribuição de lucros e dividendos aos sócios.**

Para atender as demandas públicas, em virtude da baixa tributação sobre a renda, há necessidade do governo brasileiro carregar a arrecadação nos tributos incidentes sobre bens e serviços.

A alta tributação sobre o consumo decorre diretamente da baixa tributação sobre a renda!

(I) Necessidade de criação de diversos tributos para obter a arrecadação desejada - ICMS, ISS, IPI, COFINS, PIS, Cide Combustível, tornando a legislação tributária complexa!

✓ Um imposto único sobre o consumo necessitaria de uma alíquota excessivamente elevada, aumentando o estímulo à sonegação fiscal

(II) Lobbies empresariais para fugir da excessiva carga tributária do consumo de bens e serviços.

- ✓ Criação de milhares de regras específicas para produtos ou atividades gerando mais complexidade ao já complexo sistema tributário brasileiro!
- ✓ Elevadas alíquotas para se conseguir arrecadar de quem não tem força política para fugir da carga tributária!

Reflexos da alta tributação sobre o consumo...

(III) Carga tributária regressiva

☐ Quem ganha MENOS



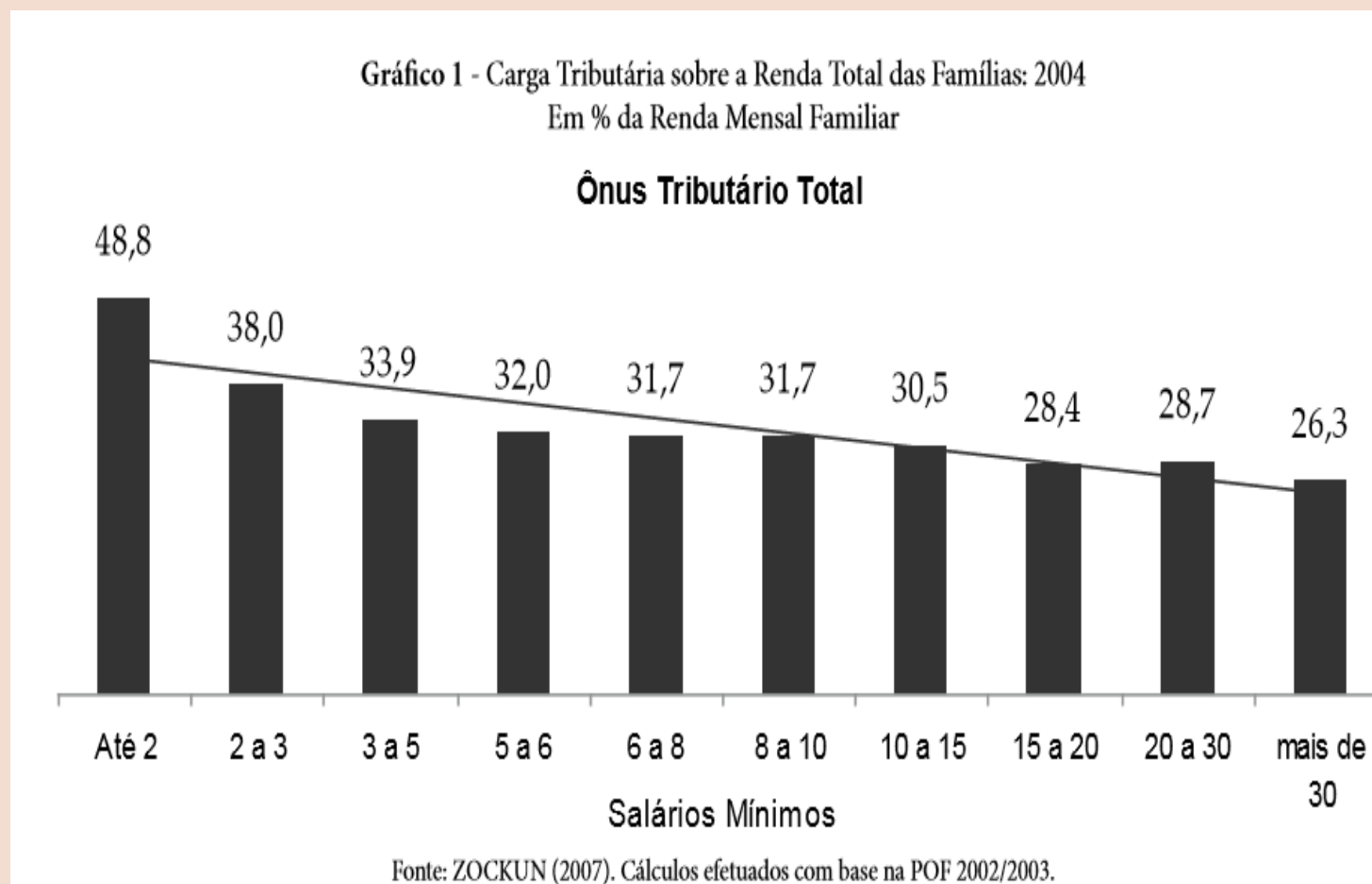
paga MAIS



☐ Quem ganha MAIS



paga MENOS



05/10/2016 13h54 - Atualizado em 05/10/2016 16h21

Concentração de renda cresce e brasileiros mais ricos superam 74 mil

População com renda mensal acima de R\$ 140 mil sobe após duas quedas. Dados do IR 2015 mostram que elite concentra 23% da riqueza declarada.

//www.cartacapital.com.br/economia/sistema-tributario-reforca-desigualdade-diz-oxfam

Rede Brasil Atual

POLÍTICA ECONOMIA CIDADANIA TRABALHO MUNDO AMBIENTE SAÚDE E CIÊNCIAS

ECONOMIA

Compartilhar 426 G+ Tweetar

INJUSTIÇA FISCAL

País precisa de reforma tributária para reduzir impostos indiretos e combater desigualdades

Impostos como IPI, ISS, ICMS, PIS e Cofins agravam concentração de renda, relativizando avanços com salário mínimo e programas sociais, defende economista especializado na América Latina

Economia

Desigualdade social

Sistema tributário brasileiro reforça a desigualdade, diz Oxfam

por Redação — publicado 29/09/2017 15h22

Os 10% mais pobres gastam 32% da renda em tributos, enquanto os 10% mais ricos apenas 21%. Maior distorção acontece nos impostos sobre a renda

Compartilhar 3,2 mil Tweetar Share

Sistema tributário regressivo aumenta a concentração de riqueza e as desigualdades...

O Brasil não cresce se não reduzir sua desigualdade,

Afirma Thomas Piketty, economista autor do best seller “O Capital no Século XXI”, durante entrevista dada à Folha de São Paulo em um hotel em São Paulo (28/09/17).



Joseph Stiglitz, Nobel de Economia em 2001 e presidente do Conselho de Assessores Econômicos do Governo do presidente americano Bill Clinton (1995-1997), **também defende a redução das desigualdades como meio para promover o desenvolvimento econômico!**

Mundo

Brasil Econômico

Mundo

Desigualdade prejudica o crescimento de países ricos, diz OCDE

10/12/2014 | 09:29 - Atualizado em: 10/12/2014 | 09:29

Desigualdade prejudica o crescimento de países ricos, diz OCDE

Estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico revela que crescimento econômico de várias nações ricas foi limitado por causa do aumento da desigualdade

Crescimento frustrado em virtude das desigualdades

Projeção OCDE 1990 a 2000

Reino Unido

9 %

EUA, Itália e Suécia

6 a 7 %

México e Nova Zelândia

10 %

www.cartacapital.com.br/economia/desigualdade-atrapalha-crescimento-e-corroi-a-coesao-social



Economia

Até eles

Desigualdade atrapalha crescimento e corrói a coesão social, diz FMI

O GLOBO MENU

ECONOMIA

INSCRIÇÕES PARA A ESCOLA-RESIDÊNCIA DO SESC VÃO ATÉ 4 DE MAIO.

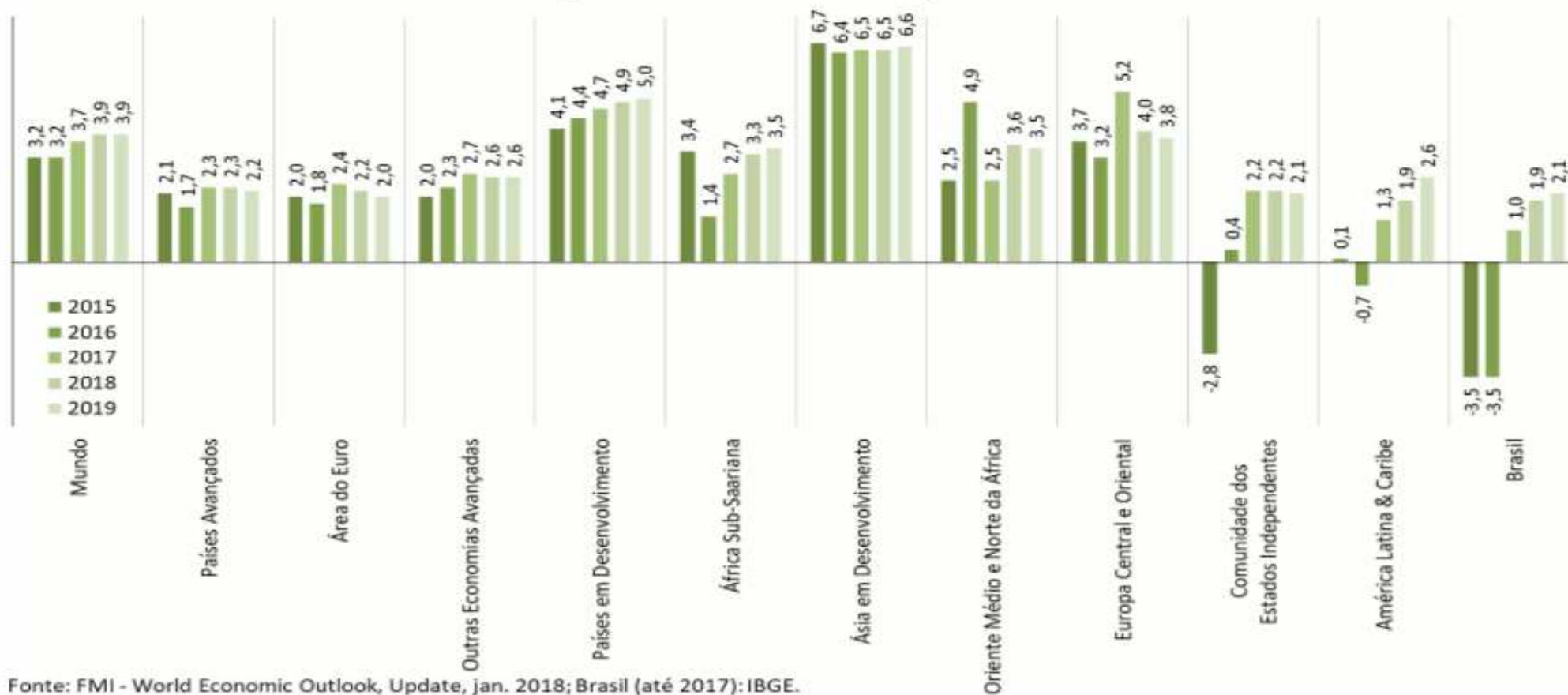


FMI: desigualdade 'em excesso' pode inibir crescimento

Relatório defende tributação progressiva e cita Bolsa Família e SUS como exemplos brasileiros

A economia do Brasil, desde 1990, vem crescendo menos que o mundo e a América Latina...

Brasil e Agregados de Países Seleccionados Evolução do PIB Real - Variação % Anual



Fonte: FMI - World Economic Outlook, Update, jan. 2018; Brasil (até 2017): IBGE.

- Mantém intacto o problema raiz e não apresenta qualquer alternativa de solução ou sequer o aponta como problema
- Busca a redução da carga tributária sobre o consumo de bens e serviços (para ganhar competitividade)
- Procura adotar políticas de geração de resultado primário para manter níveis sustentáveis e pagáveis da dívida pública
- Busca o equilíbrio fiscal pela via da redução do estado social, a exemplo da EC 95 (teto dos gastos) e a Reforma da Previdência
- Mantém o equilíbrio fiscal através da alta tributação da renda dos assalariados, em especial da classe média (congelamento da tabela do IR e estudos para aumentar a sua alíquota)

Perfil das políticas tributárias adotadas pelos governos brasileiros desde 1995...

As políticas adotadas reprimem a demanda agregada da economia nacional, e associada a regressividade, gera baixo nível de crescimento.

O caminho para a retomada do crescimento econômico no Brasil passa pela diminuição do Custo Brasil e redução das desigualdades sociais!

A redução das desigualdades sociais poderá ocorrer através de políticas de gastos públicos e tributação!

Brasil precisa de uma REFORMA TRIBUTÁRIA que torne o sistema progressivo, e para isso precisa reduzir a carga tributária sobre o consumo e aumentar sobre a renda, especialmente de quem não paga!

O projeto

Reforma Tributária Solidária,

preservando o estado social, apresenta solução para:

- ✓ *a redução das desigualdades sociais;*
- ✓ *a redução do Custo Brasil;*
- ✓ *a promoção do desenvolvimento econômico!*

Um convite para o debate

Esta iniciativa é um convite para um debate amplo, plural e democrático em torno do tema.

O Movimento “*Reforma Tributária Solidária, Menos Desigualdade, Mais Brasil*” dirige-se a toda classe trabalhadora; aos sindicatos, associações, movimentos sociais, entidades de representação profissional e empresarial, partidos políticos, parlamentares, governo e a todos os membros da sociedade brasileira que querem um país justo, democrático e civilizado.



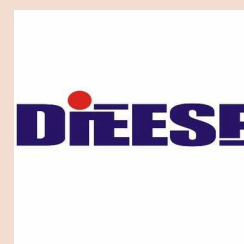
Iniciativa



Gestão técnica



Apoio



Produto:



39 ARTIGOS

42 ESPECIALISTAS

804 PÁGINAS

VERSÃO DIGITAL DISPONÍVEL EM:

www.plataformapoliticasocial.com

O que diferencia a nossa proposta das outras em debate

Propostas de “simplificação” do sistema:

- Não enfrentam as anomalias crônicas da tributação no Brasil.
- Podem inviabilizar o Estado Social



Pressuposto da proposta

É necessário que a reforma tributária seja ampla, contemplando a totalidade das suas anomalias, e:

- ✓ **PENSADA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO;**
- ✓ **ADEQUADA AO PROPÓSITO DE FORTALECER O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL;**
- ✓ **PROMOVA A SUA PROGRESSIVIDADE PELA REDUÇÃO DA CARGA SOBRE O CONSUMO E O AUMENTO SOBRE A RENDA;**
- ✓ **GERE AÇÕES VISANDO A JUSTIÇA FISCAL.**



PROPOSTA

Exercício de redistribuição das bases de incidência da tributação

- **Aumentar as receitas da tributação sobre a renda, o patrimônio e as transações financeiras**
- **Reduzir as receitas da tributação sobre bens e serviços e sobre a folha de pagamentos.**
- **Preservar o Estado Social de 1988**
- **Reforçar o Federalismo**
- **Aproximar a tributação brasileira da média dos países da OCDE**



RESULTADO

O estudo demonstra que é tecnicamente factível que o Brasil tenha um sistema tributário **mais justo** e alinhado **com a experiência dos países mais igualitários**, preservando o **equilíbrio federativo** e as fontes de financiamento do **Estado Social** inaugurado pela Constituição de 1988.



É possível ampliar a justiça fiscal pela:

- Elevação de R\$ 253,7 bilhões das receitas da tributação sobre a renda e redução de R\$ 231,7 bilhões da receita da tributação sobre bens e serviços;
- Elevação de R\$ 73,0 bilhões da tributação sobre o patrimônio e redução de R\$ 78,7 bilhões da tributação sobre a folha de pagamentos.



AUMENTO DA PROGRESSIVIDADE PELA MUDANÇA DA BASE DE INCIDÊNCIA: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA
 EM R\$ MILHÕES
 VALORES DE 2015 E ESTIMATIVAS



BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
Renda	352.305,41	606.084,14	253.778,73
Patrimônio	85.696,86	158.699,55	73.002,69
Transações Financeiras	34.686,30	65.380,84	30.694,54
TOTAL	472.688,57	830.164,53	357.475,96
Bens e Serviços	957.923,80	726.126,34	-231.797,46
Folha de Salários	482.003,11	403.263,25	-78.739,86
TOTAL	1.439.926,91	1.129.389,59	-310.537,32
Outros	15.567,38	15.567,38	0
TOTAL	1.912.615,48	1.959.554,12	46.938,64

NOVA TABELA DE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS DO IRPF

FAIXA DE SALÁRIO-MÍNIMO MENSAL	ALÍQUOTA (%)
Até 4	0%
Mais de 4 a 7	7,5%
Mais de 7 a 10	15,0%
Mais de 10 a 15	22,5%
Mais de 15 a 40	27,5%
Mais de 40 a 60	35,0%
Mais de 60	40,0%

- 38,55% dos declarantes ficariam **isentos** do IRPF;
- 48,70% **seriam desonerados**;
- 10,02% manteriam a alíquota atual.
- 2,73% dos declarantes, (cerca de 750 mil contribuintes) **seriam mais tributados**

Acréscimo de R\$ 158 bilhões (dos R\$ 254 bilhões de acréscimo da tributação sobre a renda pessoa física e jurídica);

ARRECAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA
 EM R\$ MILHÕES E EM % DO PIB
 VALORES DE 2015



TRIBUTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS (IGF)	-	37.193,97	37.193,97
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)	1.104,97	19.093,90	17.988,93
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÕES (ITCMD)	6.468,65	15.002,96	8.534,31
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (IPVA)	36.257,11	37.307,11	1.050,00
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU)	30.759,50	38.994,97	8.235,47
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI)	11.106,63	11.106,63	-
TOTAL	85.696,86	158.699,55	73.002,69

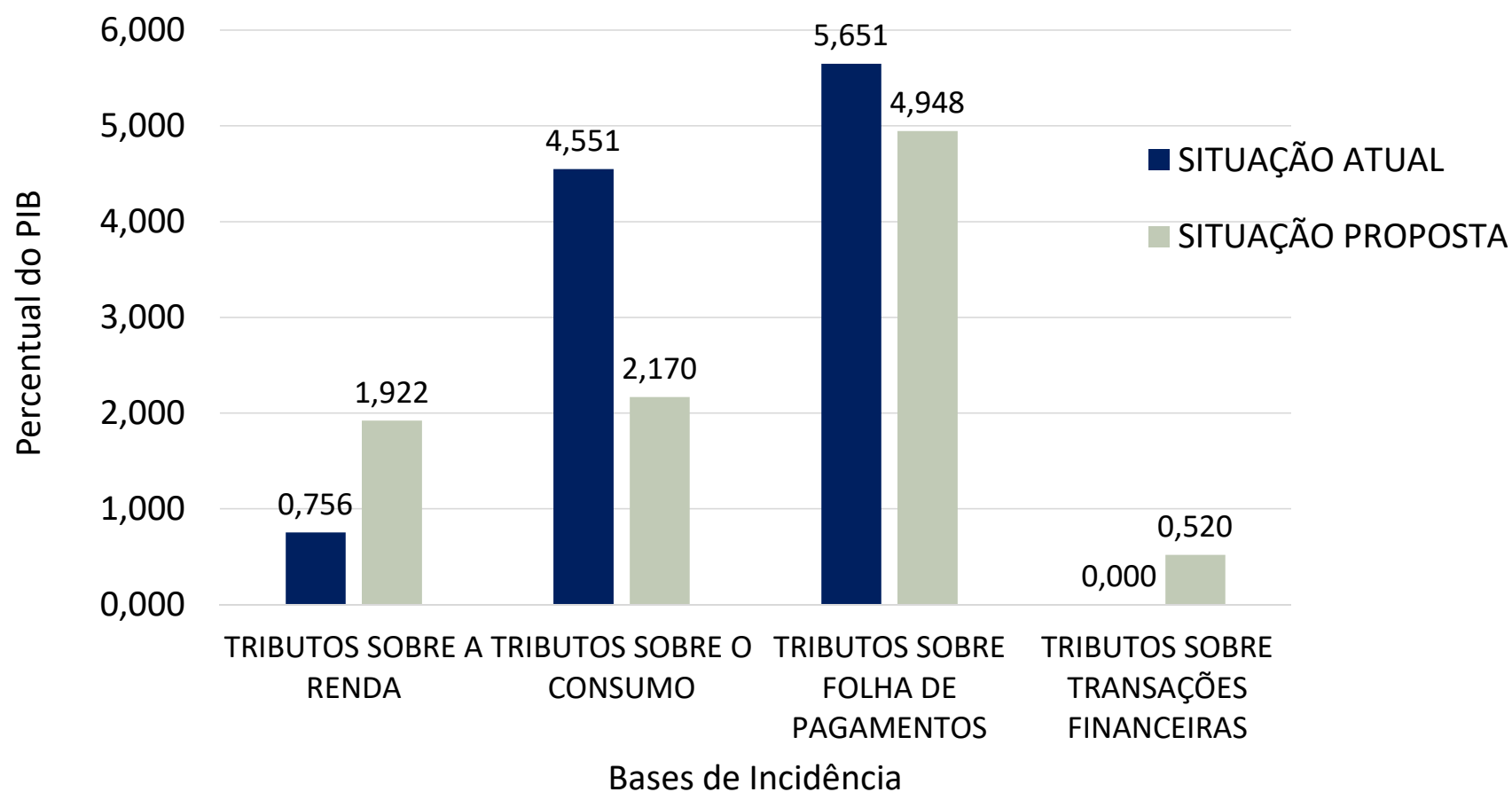
REDUÇÃO DA TRIBUTAÇÃO INDIRETA: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA
EM R\$ MILHÕES E EM % DO PIB
VALORES DE 2015 E ESTIMADOS

TRIBUTOS	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
TRIBUTOS SOBRE BENS E SERVIÇOS	957.923,80	726.126,34	- 231.797,46
TRIBUTOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTOS	482.003,11	403.263,25	- 78.739,86
TOTAL	1.439.926,91	1.129.389,59	- 310.537,32

FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

EM % DO PIB

VALORES DE 2015 E ESTIMADOS



EQUILÍBRIO FEDERATIVO SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA
EM % DO PIB VALORES DE 2015 E ESTIMADOS

ENTE	SITUAÇÃO ATUAL			PROPOSTA			DIFERENÇA		
	UNIÃO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS	UNIÃO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS	UNIÃO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS
% PIB	18,83	8,22	5,61	18,74	8,80	5,91	-0,09	0,58	0,30

INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DO PIB, CONSIDERANDO-SE O IPVA COMO TRIBUTO QUE INCIDE SOBRE O CONSUMO

COMPARATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL, SITUAÇÃO PROPOSTA E MÉDIA DA OCDE
VALORES DE 2015 E % DO PIB



Reforma
Tributária
Solidária

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	OCDE
	% PIB	% PIB	% PIB
RENDA	5,97	10,27	11,50
PATRIMÔNIO	0,84	2,06	1,90
CONSUMO	16,84	12,93	10,90
OUTROS	9,02	8,20	9,70
TOTAL	32,66	33,46	34,00

INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DA CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA
COMPARATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL, SITUAÇÃO PROPOSTA E MÉDIA DA OCDE
VALORES DE 2015

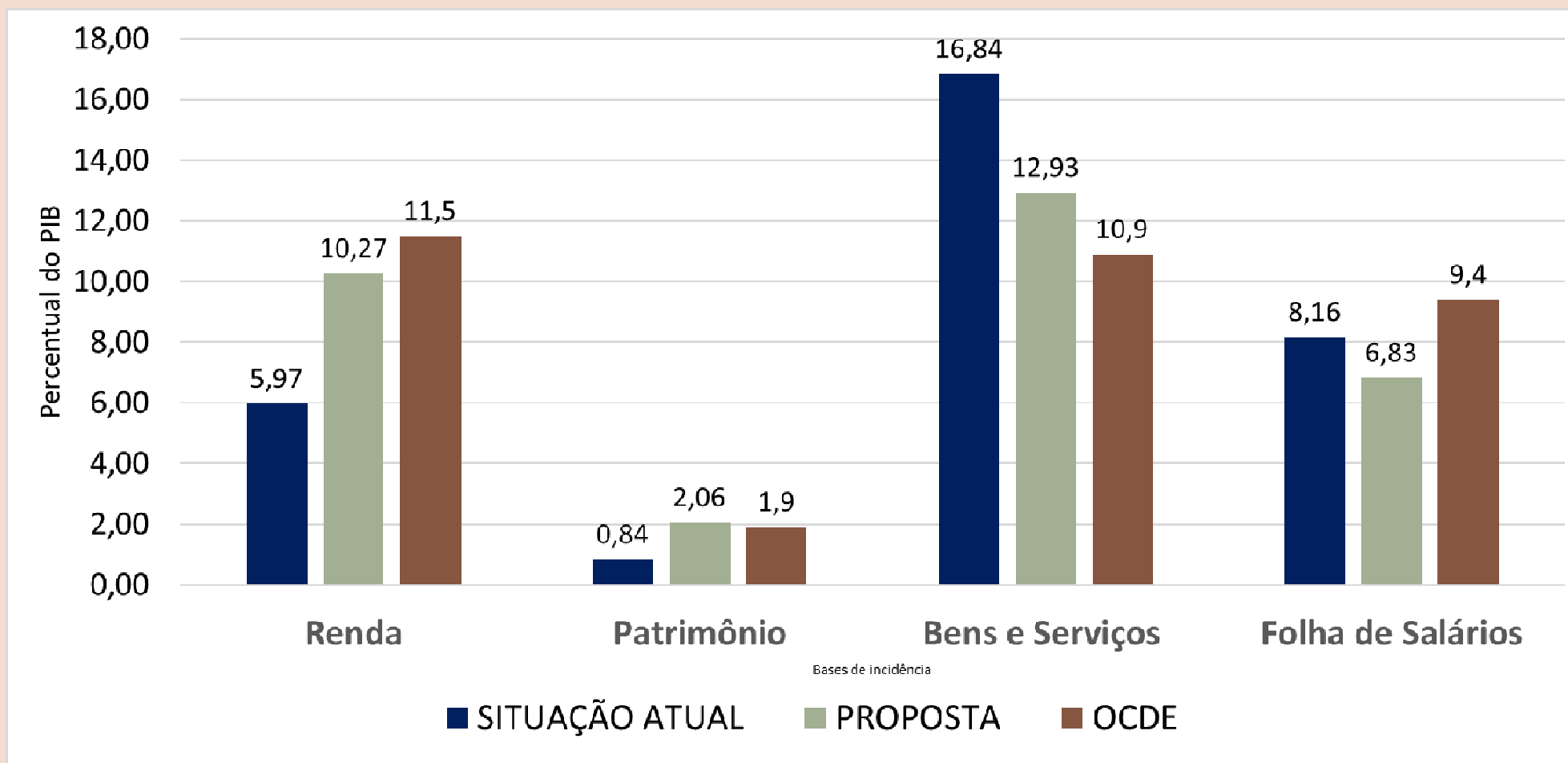
BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	OCDE
	% CTB	% CTB	% CTB
RENDA	18,27	30,69	34,10
PATRIMÔNIO (1)	4,44	8,03	5,80
CONSUMO	49,68	36,76	32,40
OUTROS	27,60	24,52	27,70
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Nota (1) considerou-se o IPVA como tributo que incide sobre o patrimônio.

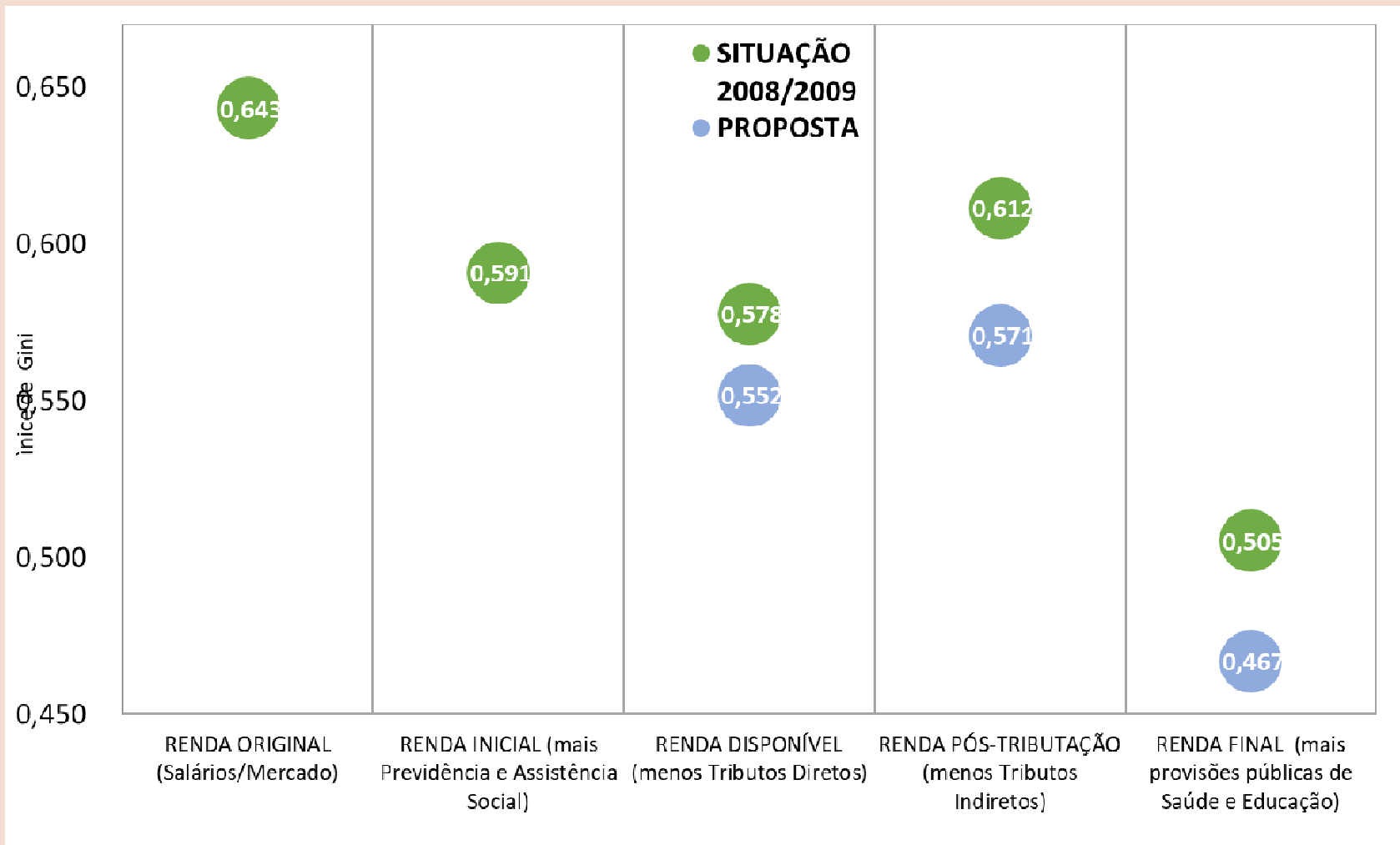
INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DO PIB

Comparativo da situação atual, situação proposta e média da OCDE

Valores de 2015



**COMPORTAMENTO DO ÍNDICE DE GINI DECORRENTE DAS TRANSFERÊNCIAS MONETÁRIAS PÚBLICAS,
DA TRIBUTAÇÃO DIRETA, DA TRIBUTAÇÃO INDIRETA E DA PROVISÃO PÚBLICA
SITUAÇÃO 2008-09 E SITUAÇÃO PROPOSTA**



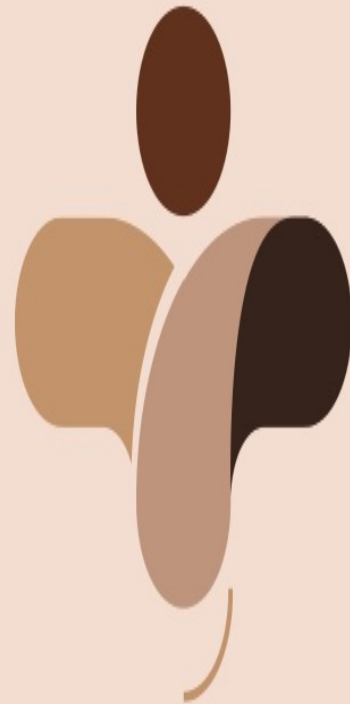
NOVOS RUMOS DO DEBATE SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA

Em última instância este estudo se propõe a abrir novas frentes para o **debate democrático** sobre o tema

*A miopia intelectual é
a mais constante
geradora do egoísmo!*

Ruy Barbosa

Obrigado!



MENOS DESIGUALDADE,
MAIS BRASIL

**Reforma
Tributária
Solidária**